

## O TRABALHO DOMICILIAR FEMININO, COMO FORMA DA HORIZONTALIZAÇÃO DO CAPITAL

Terezinha Brumatti CARVALHAL \*

**Resumo:** Neste trabalho procuramos expressar nossas considerações acerca das transformações no mundo do trabalho, já que com o declínio do fordismo e da implantação de um novo modelo de acumulação do capital baseado num modelo mais flexível de trabalho, diversas formas de trabalho foram sendo recriadas. Dentre essas, o trabalho domiciliar aparece como uma forma da horizontalização do capital, em que há uma desconcentração e flexibilização da produção, na medida em que o capitalista exerce a função de gerenciamento do processo produtivo, enquanto que a execução das funções produtivas se torna terceirizada. Essas funções são executadas em sua maioria por mulheres e tende a incorporar o trabalho dos filhos e maridos em longas jornadas de trabalho. As novas formas de trabalho estão sendo executadas pelas mulheres no âmbito do lar, seja pela “exclusão” de outros trabalhos, bem como pela conciliação em realizar a dupla jornada de trabalho.

Palavras-chave: trabalho domiciliar, gênero, trabalho.

**Resumen:** En este trabajo, tratamos de expresar nuestras consideraciones sobre los cambios en el mundo laboral, en la medida en que con la disminución del fordismo y la implantación de un nuevo modelo de acumulación del capital sobre la base de un modelo de trabajo más flexible, varias formas de trabajo han sido creadas. Entre estas formas, el trabajo doméstico muestra a sí misma como una horizontalization forma de capital, en el que hay desconcentration y la flexibilización de la producción, como el capitalista ejerce la función de gestión del proceso productivo, mientras que la ejecución de formas productivas convertirse en contratación externa. Estas funciones se llevan a cabo más de mujer y tienden a incorporar los maridos y los hijos de obras en viajes de un día largo. Las nuevas formas de las obras se están llevando a cabo por las mujeres en el ámbito de origen, ya sea de "exclusión" de otras obras, o de conciliación en la realización de la doble excursión durante el día.

Palabras clave: trabajo doméstico, género, el trabajo.

**Abstract:** In this work, we seek to express our considerations about the changes in the job world, inasmuch as with the decline of the fordism and the implantation of a new acumulation model of the capital based on a model work more flexible, several forms of work have been created. Among these forms, the housework shows itself as a horizontalization form of capital, in which there are desconcentration and flexibilization in production, as the capitalist wields the management function of the productive process, while the execution of productive forms become outsourcing. These functions are carried out most for woman and tend to incorporate the husbands' and children's works in long day trips. The new forms of works are being carried out by women in the home sphere, be it by “exclusion” of other works, or by conciliation in realizing the double day trip.

Keywords: housework, genre, work

### 1- Introdução

Com o presente texto buscaremos apresentar algumas questões suscitadas pelas leituras realizadas e conseqüentes debates em sala durante a disciplina História Social do Trabalho.

---

\* Doutoranda em Geografia pela FCT/UNESP/Presidente Prudente/SP. Membro do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) Email: tbrumatti@hotmail.com.

Tentamos expressar nossas inquietações vivenciadas durante esse período associadas a algumas idéias que começamos a desenvolver em nosso trabalho de doutorado. As leituras realizadas durante a disciplina foram aproveitadas no sentido de preencher algumas lacunas teóricas, com que pudemos melhor apreender e entender nosso objeto de estudo.

O contexto de profundas transformações na forma de ser do trabalho, com alterações no trabalho formal regulado e consubstanciado no Brasil através do registro em carteira de trabalho, apresentou forte declínio na participação percentual da PEA desde o início da década de 90, reduzindo-se a aproximadamente metade dessa população.

Podemos observar que a fatia de inserção nesse mercado informal tem atingido ambos os sexos e todas as faixas etárias, porém com algumas especificidades no caso das mulheres, como sua maior inserção em alguns trabalhos precarizados, como é o caso do trabalho a domicílio<sup>1</sup>.

Com isso nos propomos a investigar o trabalho domiciliar em Marechal Cândido Rondon, ou mais propriamente as formas de externalização do trabalho compreendidas no âmbito domiciliar, como forma de entendimento da inserção da mulher no mundo do trabalho. Importante também salientar que a abordagem direcionada ao município escolhido procura retratar uma parte do todo e, apesar de nossa escala de abordagem, focar num município. Assim faremos um esforço de exercitar nossa capacidade de compreensão através do inter-relacionamento singular-particular-geral.

Outra característica é que a temática do trabalho não é um tema constante no campo da Geografia, porém um dos esforços para o entendimento do mundo do trabalho se concretiza por meio dos estudos que estão sendo desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT)<sup>2</sup>, sendo que também já temos algumas reflexões acumuladas acerca da participação da mulher no mundo do trabalho, especificamente quanto a participação da mulher no meio sindical<sup>3</sup>. Portanto nosso desafio se coloca para a investigação da participação da mulher no mercado de trabalho domiciliar, marcado por forte presença da precarização, subordinação e alienação do trabalho, ao se expressar materialmente sem qualquer tipo de assistência, seja previdenciária ou sindical.

A temática de gênero nos desafia a desmistificar os elementos específicos da dominação e do estranhamento presentes na intersecção da relação de classe, com a mulher exercendo trabalho produtivo no âmbito do espaço-tempo reprodutivo do lar, numa mistura de relações que se fundem no trabalho, o trabalho visível e o invisível. O trabalho visível ou o remunerado e o invisível, quando nos referimos ao trabalho doméstico, sendo que este último quando capitalizado, torna-se um grande trunfo ao sistema metabólico do capital, a medida que é realizado apenas pela mulher trabalhadora entre o intervalo de suas funções remuneradas. Podemos apontar que a tendência dessas tarefas é levar o trabalhador ao limite orgânico de sua existência, executor de funções estranhadas, à medida em que sua vida só terá sentido quando estiver empregando sua mão de obra para a exploração capitalista, uma vez que é desta forma que encontra obtêm os recursos necessários para seu provento.

No caso da mulher, a possibilidade de ir além das relações sociais cristalizadas pelo capitalismo, na paisagem e no território, se torna cada vez menos vislumbrável com o trabalho domiciliar, pois as tarefas realizadas passam a fazer parte de sua casa e cotidiano, e muitas vezes com a falsa idéia de negócio próprio<sup>4</sup>, eliminando a necessidade de sair de casa para trabalhar e ainda obtendo renda através desta atividade.

---

<sup>1</sup> Segundo Lavinias e Sorj (2000), as mulheres constituem a principal oferta de trabalho a domicílio, em alguns casos pela falta de opções no mercado de trabalho, bem como pelas responsabilidades familiares.

<sup>2</sup> Sob a coordenação do professor Antonio Thomaz Júnior. [Http://www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget)

<sup>3</sup> Trata-se de nossa pesquisa de Mestrado intitulada: A Questão de Gênero nos Sindicatos de Presidente Prudente/SP, defendida em 2003, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior; revisada para a publicação: Gênero e classe nos Sindicatos. Presidente Prudente: Projeto Editorial Centelha, 2004, 142p.

<sup>4</sup> Pelo fato de trabalharem em casa e fazendo suas atividades em horários mais flexíveis e em algumas situações possuir os meios de produção o trabalhador se sente o dono do negócio, porém na maioria das vezes ele apenas gerencia, não determina e nem controla a produção.

Entendendo que é por meio das relações de trabalho que ocorre a mediação do homem com a natureza e esse processo se torna estranhado quando ocorre na sociedade capitalista, tentamos desvendar a dinâmica de movimentos que fazem parte do metabolismo do capital e que possuem uma singularidade e territorialidades próprias. No entanto, nessa intermediação do homem com o meio, de acordo com Antunes (1995), tem-se uma dupla transformação. Por um lado, o homem que trabalha é transformado pelo trabalho, uma vez que ele atua sobre a natureza e subordina suas forças a seu próprio ser, por outro, as forças da natureza são transformadas em meios, objetos e matérias-primas.

Nesse sentido, assevera Santos (1996, p.88) “... toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico”. Ainda segundo o autor, a produção do espaço é feita pelo trabalho e o homem acaba sempre produzindo espaço através da intermediação com a natureza.

Consideramos importantes as reflexões teóricas, privilegiando o exercício geográfico, como tentativa de entender o reordenamento territorial da sociedade, concebido como resultado de processos contraditórios, sendo, portanto a expressão da existência da estrutura de classes sociais e da divisão sexista e, como consequência, a inserção específica de cada ator social, na dinâmica social.

Nesse ínterim, avaliamos que a Geografia é uma ciência capaz de apreender e desvendar o ordenamento territorial imposto pelo capital, pelos setores hegemônicos e, em consequência, o controle sobre a sociedade, independente de sua escala (internacional, regional, local). Nesse sentido, Thomaz Jr. 1997 aponta que é por meio da “leitura” geográfica que irá se explicitar as combinações entre as formas e os significados dos lugares, considerando a trama social envolvente ou a estrutura societária em vigor. Pois, pelo fato de a Geografia se encontrar fragmentada, as realidades são lidas pelas especialidades. Porque os efeitos do metabolismo societário do capital fragmentam e complexificam o mundo do trabalho, promovendo rearranjos estruturais. Depende da postura teórico-metodológica do sujeito, dos objetivos e do olhar sobre os conteúdos dessa disciplina para evitar que essa fragmentação se estabeleça como um fato dado, ou até como um a priori. Segundo o autor, seria interessante que se possa eleger o metabolismo societário do capital como referência para se entender as ligações existentes entre as fragmentações no nível do conhecimento com o mundo do trabalho.

As relações locacionais do reordenamento territorial ou da ordem territorial dos fenômenos e as regras que ditam essa dinâmica dos lugares estão sob o comando do metabolismo societário do capital. Para Thomaz (1997), a compreensão dessas relações definem o campo da Geografia.

Assim as relações de gênero no contexto da classe trabalhadora, considerando as constantes redefinições territoriais hegemônicas pelo capital, demandam que a Geografia expresse seu importante papel de desvendar o que está colocado para a sociedade, numa simbiose entre formas e significados. O espaço geográfico pode ser entendido como uma estrutura ordenadora/ordenada da reprodução dos antagonismos de classes e de gênero.

Durante a década de 1980, vivemos um período na contramão do que vivenciava o mundo desenvolvido, com uma participação crescente do movimento sindical no cenário social brasileiro, saídos de décadas de ditadura militar, enquanto a Europa Ocidental apresentava então sinais de esgotamento do modelo fordista de organização do trabalho que, com a crise, levou consigo o modelo fordista de sindicato. O Fordismo é entendido não apenas como a organização no chão da fábrica, mas, sobretudo como um enlace com a própria organização macroeconômica consubstanciada na estrutura do Estado de Bem-estar Social e no Keynesianismo, enquanto doutrina econômica hegemônica.

Diante da crise estrutural, o capital passou a adotar a reestruturação produtiva como tentativa encontrada de saída da crise e com isso trouxe mais uma vez grandes consequências para o mundo do trabalho que, baseadas em uma acumulação mais flexível, ficou conhecida como toyotismo.

Essas transformações no mundo do trabalho repercutiram tanto nos países desenvolvidos como nos países do Terceiro Mundo, cuja industrialização intermediária, desencadeou, de um

lado, uma desproletarização do trabalho industrial e, de outro, uma subproletarização em decorrência de diversas formas de trabalhos vinculados à economia informal, trabalho precarizado, parcial, etc. O capital, ao adotar novas formas de produção baseadas na acumulação flexível por sua vez afetou os trabalhadores, trazendo transformações, que inclui desde a fragmentação, heterogeneização e complexificação, criando uma classe trabalhadora muito diferenciada, variando desde aqueles mais precarizados aos mais qualificados e intelectualizados, segundo Antunes(1999).

Para o autor, essas evidências empíricas são bastante importantes para reafirmar a idéia de centralidade do trabalho. Segundo ele, o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano, podendo diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo, podendo precarizá-lo, mas não extinguí-lo. A tendência é de uma mudança qualitativa de um lado, por causa da dimensão mais qualificada em que o operário pode operar máquinas e de outro pela máxima intensificação das formas de exploração do trabalho. Podendo então ser observado:

... em vez do fim do valor-trabalho, pode-se constatar uma inter-relação complexificada na relação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre trabalho produtivo e improdutivo, entre trabalho material e imaterial, acentuando ainda mais as formas de extração de mais-valia relativa e absoluta que se realiza em escala ampliada e mundializada. (ANTUNES, 1999, p.234)

Antunes (1999 e 1995) aponta que o trabalho contemporâneo é caracterizado como trabalho social, pois é mais complexificado, socialmente combinado e mais intensificado nos ritmos e processos. O capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, mas tende a aumentar a intensidade das formas de extração do sobretalho em tempo cada vez mais reduzido, além da tendência de conversão do trabalho vivo em trabalho morto, através da transferência de capacidades intelectuais para a máquina, como os *softwares*.

Segundo o autor (Antunes,1999), o mundo do trabalho agora complexificado apresenta as seguintes características:

- \*Diminuição do operariado fabril estável
- \*Aumento de inúmeras formas de trabalho subproletarizadas
- \*Aumento do trabalho feminino
- \*Expansão dos assalariados médios
- \*Exclusão de trabalhadores jovens
- \*Intensificação e superexploração do trabalho
- \*Desemprego estrutural<sup>5</sup>
- \*Expansão do trabalho social combinado

Sennet (1999), ao abordar as transformações no ramo de padaria, aponta que estas têm sido ilegíveis para o trabalhador, no sentido destes não entenderem mais o que estão fazendo. Isso porque, com a implementação de um rol de maquinários e equipamentos, houve um distanciamento entre o trabalhador e seu ofício, não havendo mais uma dependência em relação ao conhecimento do padeiro, mas sim do saber operar as máquinas que comandam agora todo o processo.

Outra tendência marcante do atual momento de reestruturação produtiva é a redução de trabalho improdutivo dentro das fábricas, através da incorporação ao trabalho produtivo, desobrigando o capital de uma parcela de trabalhadores que não participam diretamente do processo produtivo.

Bihl (1999) aponta que as transformações vieram no sentido de fragmentar a classe trabalhadora, pois as novas formas de trabalho criadas comungam pela ausência de proteção sindical e de uma tendência à individualização da relação salarial. Assim, assiste-se a um processo

---

<sup>5</sup> Para Sposati(1999), a universalização do desemprego é a grande primeira e universal manifestação de exclusão sob o capitalismo. A autora afirma que a exclusão social é como uma negação da cidadania, dando idéia de uma perda, porém no caso do Brasil, a perda representa uma perda virtual de uma condição nunca antes atingida e não de uma perda real capaz de sensibilizar a sociedade.

corporativo dos trabalhadores estáveis em relação aos instáveis, além da individualização aumentada pelo reforço de antigas divisões e desigualdades no seio do proletariado.

O autor ainda aponta que são “novas formas de disciplina do trabalho” que acompanham a nova ordem produtiva baseada não mais numa concentração piramidal, mas agora baseada em uma rede, fluída e flexível. Com o capital passando agora a espalhar a sua produção por todo o espaço social ou, nos termos de Antunes (1999), trata-se da “horizontalização do processo produtivo”. Com isso, aumentam-se muito as formas de trabalho terceirizadas, além de outras formas marginais de trabalho, como o trabalho domiciliar.

O trabalho agora passa a ter novos ganhos de intensidade e produtividade, reduzindo o tempo morto no processo produtivo. Essa flexibilidade do processo de trabalho requer uma organização flexível do trabalho e uma flexibilidade da força-de-trabalho, no sentido de uma mão de obra polivalente e de um afrouxamento das condições jurídicas respectivamente.

O desafio que se coloca para a classe trabalhadora, segundo Antunes (1999), é soldar os laços entre esses diversos segmentos criados, na medida em que os trabalhadores ditos qualificados são defendidos pelos sindicatos enquanto a parcela dos trabalhadores que se inserem nas atividades desqualificadas, não recebe atendimento por parte do sindicato. Além da falta de identidade entre as diversas categorias de trabalhadores, reforçado pela existência do corporativismo sindical e pela estrutura vertical que privilegia a divisão em categorias.

Antunes (1999) aponta que apesar dessa heterogeneidade da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana podem encontrar concretude a partir de movimentos organizados: do trabalho, no trabalho e pelo trabalho.

## **2- O gênero como forma de entendimento do trabalho precarizado**

O atual momento do capital é visto por alguns autores, como Antunes (1999) e Harvey (1999), como de desconcentração do processo produtivo, caracterizado pelo surgimento de variadas formas de unidades produtivas, desde as pequenas unidades que não empregam trabalhadores até as unidades que empregam trabalhadores. Essas formas de trabalho domiciliar variam desde os autônomos que trabalham com as mini-fábricas e os trabalhadores das médias às grandes empresas (como telemática ou telemarketing). Em ambos os casos, há uma tendência a desconcentração do processo produtivo<sup>6</sup> e com ela a diminuição de custos, desde gastos com luz elétrica, água, aluguel e isso então é repassado às unidades produtivas domiciliares. É a horizontalização do capital sobre o tecido social, que tende a subjugar os trabalhadores com o avanço das formas precarizadas de trabalho que comungam com uma forma específica de exploração. No caso do trabalho a domicílio, isso se verifica mais fortemente com o incremento das mulheres e crianças.

Neste caso, observamos que a mulher, como mão-de-obra assalariada, faz parte do processo da divisão do trabalho, do embate capital x trabalho, sofre a exploração como vendedora de mão-de-obra para a acumulação do capital, além da subordinação de gênero, enquanto reprodutora da força de trabalho.

Desse modo, é primordial para a classe que comporta identidades e heterogeneidades, “apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas relações opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher” (ANTUNES, 1995, p. 46).

Segundo Saffioti (1987), há uma tendência de naturalização dos processos socioculturais, pois essas funções foram criadas socialmente quando a família se estruturou dessa forma, com a mulher exercendo “naturalmente” sua função de mãe e no cuidado com o lar. Enquanto que, ao homem, coube o exercício dos afazeres fora do âmbito privado do lar. A partir daí, a identidade social, segundo a autora, foi socialmente construída.

---

<sup>6</sup> É importante, porém frisar que essa desconcentração não é possível em todos os setores produtivos, como o automobilístico, siderúrgico e petroquímico de acordo com Antunes (1999).

Associadas a isso, existem as relações de poder que, segundo Foucault (*apud* MAIA, 1995), permeiam todo agrupamento humano, toda vida social. Para o autor, o poder não está apenas relacionado ao negativo, mas ao contrário, ele induz ao prazer, forma saber e produz discurso, dessa forma se mantendo. Ele não é detido apenas por uma classe dominante que por tê-lo conquistado teria alijado a participação dos dominados, mas as relações de poder são de constante enfrentamento. Além de que as relações de poder não são relações de constrangimento físico absoluto, mas, ao contrário, sua atuação se dá de formas muito mais sutis. Porém, o autor aponta que onde há uma relação de poder há sempre uma possibilidade de resistência, além de haver condições determinadas de modificação dessa dominação.

Lênin (1980) pondera que a supressão do sistema capitalista não pressupõe a supressão da opressão de gênero. Isso porque a subordinação do gênero é anterior ao sistema capitalista que delegou funções de acordo com o sexo e as formas capitalistas apenas se apropriaram dessas relações, tornando-as mais acirradas e naturalizando as questões de gênero.

Em nosso estudo recente, (CARVALHAL, 2004) vislumbramos que a mulher, sob o assalariamento, se sobrecarrega multifuncionalmente, ou seja, com a junção do trabalho assalariado e o trabalho doméstico não-pago, “invisível”. O reconhecimento do trabalho assalariado dá-se com a remuneração, isto é, está diretamente envolvido nas relações de trabalho, enquanto que o trabalho doméstico aparece como uma atividade desprovida de conteúdo econômico, conforme salienta Rossini (1998). A autora nos esclarece ainda a respeito das relações de produção e reprodução, essenciais a toda formação social que, com o prenúncio do capitalismo, subordina a reprodução à produção.

Nesse processo de subversão do modo de vida dos homens, essas “novas” formas de trabalho têm colocado os trabalhadores em condições de despojamento de sua casa em prol da realização de atividades de produção. O que ocorre, segundo Colli (2000), é o surgimento de novas formas externas de trabalho que vão desde o trabalho domiciliar até a terceirização, no qual os antigos empregados serão patrões de si mesmos e assim, terão que se desdobrar em suas atividades para cumprirem as exigências da produtividade, competitividade e qualidade exigidas.

Lavinias (2000) aborda duas formas diferentes de flexibilização do assalariamento, decorrentes da pressão crescente por produtividade, adotadas pelas empresas, sejam elas de micro, pequeno ou médio porte e que pode variar entre o trabalho a domicílio e o tele-trabalho. Porém, ambas segundo a OIT (*apud* LAVINAS, 2000, p. 212), estão associadas “a um assalariamento disfarçado em que o trabalhador é despossuído de direitos mínimos, com evidente impossibilidade de se fazer representar e defender por um órgão de classe”.

A diferença do trabalho domiciliar e o tele-trabalho, segundo a autora, é que este é caracterizado por trabalhadores qualificados, com capacidade de geração de rendimentos elevados e capazes de introduzir contratualidades inovadoras entre clientes e fornecedores, sejam eles indivíduos ou microempresários. O trabalho a domicílio tem adquirido papel relevante nas estratégias das empresas, pelas suas principais características: internacionalização, heterogeneidade, além da baixa qualidade do emprego e feminização.

Colli (2000) afirma que as transformações que o modo de produção capitalista, ao fazer uso de formas externas de trabalho, se livrando das responsabilidades com a produtividade e também dos encargos trabalhistas, tem (re)criado o *façonismo*<sup>7</sup>. Com o *façonismo* ou o *novo façonismo*, que é uma forma de terceirização ou “uma forma de subordinação refinada do trabalho ao capital”, o capital acaba recriando formas arcaicas de contrato de trabalho. Porém, o que caracteriza o *façonista*, segundo a autora, é que, além dele utilizar sua própria força-de-trabalho na produção, arcar com as responsabilidades de um empresário, a maior parte de sua produção é dependente de outras empresas. O que diferencia o trabalhador do capitalista (chefe) é que o trabalhador (*façonista*), apesar de obter os meios de produção, apenas gerencia o processo de

---

<sup>7</sup> De acordo com a autora, derivada da expressão *façon*, o *façonismo* é um sistema de trabalho correspondente à simples prestação de serviços, muito utilizado na França e Itália, e remete a vínculos de trabalho que antecederam ao processo de industrialização, geralmente ligados a produção de tecidos e de roupas.

produção, ele não determina e nem controla a produção. A obscuridade na relação contraditória entre empresa e patrão toma a forma de uma liberdade e igualdade de condição. A diferença se define a partir da exigência da empresa para com a qualidade, quantidade da produção e da definição do preço por esse serviço, o que, segundo Colli (2000), torna inexistente qualquer tipo de autonomia e independência por parte do *façonista* em relação a sua produção.

Hirata (2002) observa que as conseqüências das novas tecnologias sobre o emprego, condições de trabalho e qualificação, não são as mesmas. Mas estão de acordo com a categoria profissional, níveis educacionais, que se expressam diferencialmente nos lugares sob a égide da divisão social do trabalho, em que o gênero subsume-se exercendo atividades específicas. Mesmo com as inovações tecnológicas em algumas indústrias, como a de vidro, a divisão sexual do trabalho permanece e as mulheres continuam a ocupar postos de trabalho periféricos e secundários, isso tanto em países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. O surgimento de uma mão-de-obra qualificada e flexível “adaptada” às novas tecnologias se baseia em ocultar a relação diferencial dos homens e mulheres com a qualificação e as novas tecnologias. Assim, não há um novo modelo de produção, porque o taylorismo não acabou como modelo de produção para as mulheres, mas também porque as novas tecnologias tendem a reforçar a marginalidade das mulheres, e embora as funções não-qualificadas é que desaparecem, as funções repetitivas continuam sendo executas pelas mulheres.

A partir disso, observamos que o trabalho domiciliar, como uma forma de expressão material da subordinação/dominação de classe e gênero ao sistema de metabolismo do capital, pode se expressar materialmente em diversas formas de relações de trabalho, que varia desde o assalariamento por peça, na forma autônoma, porém, a característica marcante dessa forma de trabalho é a informalidade.

O quadro geral do emprego em Marechal Cândido Rondon não é muito diferente do brasileiro, com destaque para o alto índice de informalidade, diferenciando-se o município quanto ao índice de desocupação, com valores bastante inferiores à média nacional, porém, à custa de uma elevada participação da categoria de trabalhadores não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

Os dados do Censo Demográfico 2000, para o município estudado, apresentam uma População Economicamente Ativa de 23.445 indivíduos, o que corresponde a 57,1% da população total. Essa taxa de participação é maior na população masculina (65,3%) do que na feminina (49,1%), também quanto à desocupação, o índice é maior para as mulheres (10,3%), enquanto que para os homens a taxa de desocupação é de 6,47%, sendo que o índice geral é de 8,13%. Conforme podemos verificar na Tabela 1, o município de Marechal Cândido Rondon apresenta um índice de desocupação menor quando comparado com outras escalas territoriais e uma informalidade ligeiramente maior do que no país e no estado do Paraná.

**Tabela 1 - Composição da PEA (2000), por condição da ocupação (%)<sup>8</sup>.**

	<b>Brasil</b>	<b>Paraná</b>	<b>Oeste PR</b>	<b>M.C. Rondon</b>
Desocupados	15,3	12,8	12,8	8,1
Sem carteira e Conta Própria	40,6	40,5	45,3	43,7
Não Remunerados e na Produção para o Próprio Consumo	6,0	5,3	5,7	11,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

<sup>8</sup> Como Percentagem da PEA

Ainda segundo o Censo Demográfico 2000<sup>9</sup>, em Marechal Cândido Rondon (PR), considerando os trabalhadores domésticos e demais empregados, existem 12.189 trabalhadores e o índice de trabalhadores informais<sup>10</sup> chega a 37,4%. Já no estado do Paraná, o índice de informalidade é de 34 %, evidenciando um índice abaixo do índice municipal. O índice do estado também é menor se compararmos com o índice da informalidade da Mesorregião Oeste, que é de 40,4%. Na microrregião de Toledo, esse índice chega a 39,4%.

Segundo o próprio Censo 2000, porém, com outro universo de ocupações, que inclui os trabalhadores por conta própria, o índice de informalidade é significativamente maior, atingindo 55,4% do total de 16.229 trabalhadores, conforme Tabela 2, atingindo mais amplamente o gênero masculino.

**Tabela 2 – Trabalhadores Informais em Marechal Cândido Rondon (PR) - 2000**

	<b>TRABALHADORES INFORMAIS</b>	<b>TRABALHADORES INFORMAIS (%)</b>	<b>TOTAL</b>
Geral	8.997	55,4%	16.229
Homens	6.591	60,9%	10.813
Mulheres	2.406	44,4%	5.416

Fonte: IBGE, Censo 2000 [www.ibge.gov.br, acesso em 05 de Abril de 2005]

Podemos observar que a imensa maioria dos trabalhadores informais é formada por homens, porém aqui não aparece o número de trabalhadores domésticos que, em sua maioria, é formada por mulheres, o que poderia indicar então um outro panorama do mercado de trabalho em Marechal Cândido Rondon, ou seja, com um aumento da porcentagem de mulheres na informalidade. Outro dado interessante está relacionado ao nível salarial da População Economicamente Ativa (PEA), no qual as mulheres recebem em média 53,3% a menos do que os homens, ou seja, enquanto a média salarial é de R\$ 668,72 para os homens, para as mulheres é de R\$ 311,63.

Porém, observamos, conforme Delgado (1994), que as possibilidades de acesso a postos de trabalho por homens e mulheres não são iguais porque a construção da qualificação é uma construção social sexuada, pois a definição de qualificação não é uma operação técnica, mas uma construção social e histórica. O que é valorizado pelo capital é o aprendizado no espaço público das escolas de formação e escolas profissionalizantes realizadas dentro das empresas, as quais as mulheres não têm acesso. E isso acaba impelindo-as cada vez mais para as relações precárias de trabalho. Delgado (1994) observa que as novas tecnologias e as novas formas de trabalho, inclusive a terceirização, têm sido usadas para aumentar a produção, melhorar a qualidade, reduzir custos e desorganizar os trabalhadores.

De forma geral, percebemos que, de acordo com Martins e Dombrowski (2000), o ingresso no mercado de trabalho informal não representa apenas a perda de direitos sociais, mas a perda salarial, que chega a ser metade dos trabalhadores regulares, além do que, em 2000, apenas 28,6% dos trabalhadores informais contribuíram com a previdência social.

Vemos então que, com o trabalho domiciliar, o capital tem esse ganho. No caso da questão da mulher, o ganho se torna ainda maior, pois esse tipo de função “permite” que a mesma continue desenvolvendo suas funções domésticas e gerando filhos, sendo, portanto, a única responsável por essas tarefas e sem custos para o capital, Estado, etc.

Podemos apontar inicialmente que, com a ocorrência do trabalho domiciliar, há a inflexão do tempo, porque não se perde tempo para se chegar ao trabalho e começar a produção e novamente voltar para a casa e assim sucessivamente. Não há o desperdício do tempo de trabalho, ao contrário, na maioria das vezes o trabalhador tem realizado longas jornadas de trabalho na tentativa de vencer a encomenda da produção.

<sup>9</sup> IBGE, Censo 2000. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 05 de Abril de 2005.

<sup>10</sup> Isto inclui apenas os trabalhadores domésticos e os empregados.



A imposição do capital sobre o trabalho tem suas especificidades ao se impor sobre os homens e as mulheres, portanto, conforme Hirata (2002), deve-se considerar para tanto a dimensão de gênero. Podemos, então, apontar que por conta da divisão sexual do trabalho há uma tendência a se conformar as desigualdades de gênero nos diversos âmbitos sociais, como a oposição entre trabalho doméstico e extradoméstico.

Isso tende a refletir na própria subjetividade das mulheres trabalhadoras, porque as suas preocupações ficam na escala do corpo, com a sua sobrevivência, de seus filhos e da família, sem a visualização daquilo que foge da seara do seu cotidiano. Até mesmo porque a dupla jornada de trabalho que exercem diariamente tende a sobrecarregá-las. Segundo o IBGE (*apud* Valor Econômico, 2006) as mulheres que trabalham fora dedicam em média, 22,1 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto que, entre os homens, esse tempo é de cerca de 9,9 horas semanais.

Poderíamos pensar que a questão da subordinação e exploração exige um salto escalar na percepção por parte das mulheres trabalhadoras. Isso porque os trabalhadores de forma geral estão submetidos ao processo de alienação de si e entre si, muitas vezes restringindo sua identificação a categoria profissional<sup>11</sup>. No caso das mulheres trabalhadoras, sindicalistas ou não, há um processo duplo de alienação: de classe e de gênero, porque na maioria das vezes falta uma visualização da exploração e subordinação sofrida como provedoras da força de trabalho e excededoras da dupla e tripla jornada de trabalho<sup>12</sup>.

O sindicato também tem reproduzido a divisão sexual do trabalho ao hierarquizar as funções segundo o sexo, atribuindo as funções de secretaria para as mulheres. As mulheres acabam se inserindo no sindicato, segundo SOUZA-LOBO (1991), para colaborar com “a luta dos homens”, já que na maioria das vezes, há uma ausência de discussões de esclarecimento da questão de gênero em nível de diretorias e com a base trabalhadora<sup>13</sup>.

De forma geral, há ainda a observação de que falta por parte dos sindicalistas, a preocupação a longo prazo, com a construção de projetos políticos que transcendam as necessidades imediatas dos trabalhadores e, no caso da dupla e tripla jornada de trabalho. Falta também, por parte dos sindicatos ou das empresas, mecanismos suficientes como creches, durante o exercício do trabalho assalariado e durante os eventos realizados no âmbito do sindicato, para aliviar essa jornada da mãe trabalhadora<sup>14</sup>.

De forma geral, observamos que os sindicatos<sup>15</sup> têm se portado da mesma forma que o movimento sindical em geral, incorporando em seu universo de ação política, as reivindicações corporativistas e imediatistas.

A escala de ocupação do lugar pela mulher, então, é limitada pelo poder masculino e capitalista. E a gestão do espaço da casa, com o exercício do trabalho domiciliar, pode passar a expressar ainda mais o poder do capital, na medida em que o lar tende a não mais existir, ou então, a ser fetichizado pela incorporação do ambiente do trabalho, ou seja, o trabalho subverte a vida fora do trabalho produtivo, ao metamorfosear o ambiente reprodutivo em produtivo também. Dessa forma, o capital expressa o poder e o controle sobre o espaço, sobre o território, portanto, sobre todo

---

<sup>11</sup> Segundo Thomaz Jr. (2002), o fracionamento dos trabalhadores em categorias sindicais reforça uma identidade entre os trabalhadores da mesma categoria, porém fortalece um corporativismo que em nada contribui para uma consciência de classe.

<sup>12</sup> Em recente pesquisa analisamos 8 sindicatos de Presidente Prudente/SP, e através de entrevistas aos sindicalistas, análise de jornal, desenvolvemos uma análise da questão da participação da mulher no meio sindical, bem como da inserção da questão de gênero nesse meio hegemonicamente masculino. (Brumatti Carvalho, 2004).

<sup>13</sup> Por meio de nossa pesquisa e de outra pesquisa realizada nos mesmos sindicatos, foi observado uma ausência de diálogo entre diretoria e sua base. E isso foi apreendido através de entrevistas com as diretorias, com os trabalhadores e na análise de jornais dos sindicatos. (Carvalho, 2000 e Brumatti Carvalho, 2003)

<sup>14</sup> Nessa pesquisa realizada, consideramos que para ser aceita no meio hegemonicamente masculino, a mulher tende a “anular” suas especificidades de excededora da tripla jornada de trabalho. E isso fica reforçado pelo fato de muitas mulheres sindicalistas se encontrarem desquitadas, separadas ou solteiras, ou seja, em muitos casos as mulheres militantes não suportam a pressão dos maridos e companheiros e acabam se separando ou nem se casam, para permanecerem no meio político e sindical. (Brumatti Carvalho, 2004)

<sup>15</sup> Nos referimos ao trabalho realizado em 8 sindicatos de Presidente Prudente/SP.

o tecido social. Ou seja, com o exercício do trabalho domiciliar, a casa como o lugar de descanso, de liberdade, onde potencialmente o trabalhador poderia vir a ter a oportunidade de realizar o ócio, as atividades de lazer tende a não mais existir. A casa tida como o lugar fora do trabalho produtivo agora com a execução do trabalho domiciliar pode ser também o lócus da reprodução ampliada do capital.

Marx (1983) assevera que o trabalhador e seus meios de produção permaneciam unidos antes da inserção da manufatura, como um caracol e sua concha, mas a partir disso os trabalhadores perdem sua autonomização para o capital que então cria a divisão manufatureira do trabalho. Ainda segundo o autor,

...a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ou não mediada pelo intercâmbio de mercadorias, existe nas mais variadas formações sócio-econômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação específica do modo de produção capitalista. (MARX, 1983, p.282)

O trabalhador antes autônomo se submete a uma disciplina do capital e de uma hierarquização entre os próprios trabalhadores. O trabalhador agora é um acessório do capital, ou então nas palavras de Marx (1983) “a divisão do trabalho marca o trabalhador manufatureiro com ferro em brasa, como propriedade do capital”.

Isso nos leva a identificar a idéia exposta por Marx (1983), do caracol e sua concha, como um momento em que os donos dos meios de produção podiam organizar e realizar a produção em um mesmo espaço/tempo. Mas a partir do surgimento da divisão social do trabalho, houve a separação do local do trabalho produtivo, realizado agora em locais coletivos e o lugar onde se realizava a reprodução, o lugar de moradia.

No caso do trabalho domiciliar, haveria uma tendência de junção novamente do espaço da produção e da reprodução, no qual o capital passa então a interferir no seu cotidiano, na configuração do ambiente familiar, na territorialização da família (trabalhadora), em que alguns cômodos da casa passam a ter a funcionalidade de servir a produção. De certa maneira, poderíamos pensar que o caracol teria reencontrado sua concha, na medida em que tende a realizar a produção no âmbito de sua morada e em alguns aspectos munidos com seus próprios meios de produção, porém, em muitos casos, sem o poder/domínio dessa produção.

Observamos que o trabalho domiciliar tem se colocado para as mulheres, como uma alternativa, talvez pela falta de espaços de atuação no mercado de trabalho formal e de tarefas melhor remuneradas e maior prestígio. Ainda há a condição específica de que com a realização dessas funções, *part-time*, domiciliares, há a alternativa de conciliar as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, com o trabalho remunerado, sem mesmo sair de casa.

A idéia de trabalhar em casa, além de criar a ilusão do negócio próprio, do ponto de vista do gênero, supre as expectativas da mulher de conseguir mais fácil e rapidamente lidar com a dupla jornada de trabalho, sem ter de dispor de parte de seus recursos financeiros para o pagamento de um funcionário, na realização dos afazeres domésticos.

Mas mesmo nessa condição, o trabalhador não se desvencilha da alienação e passa a se estranhar enquanto ser social. Este ser social dotado de capacidades pode nesse caso se ver refém de seu sustento à medida que passa a perder o poder sobre a gestão e o controle de sua sala de jantar, do seu quintal e da sua casa por inteiro. A alienação pode atingir seu ápice a partir do momento em que o trabalhador passa a perder o controle sobre o seu lugar – a casa. Pressupomos que mesmo que consiga sentir/ver a necessidade de um lar, ele passa a estranhar a idéia de um lar que não seja aquele voltado às suas necessidades de trabalhador e não de um ser social, dotado de vontades e desejos. Sem falar nas condições em que as famílias realizam a reprodução de suas vidas.

O interesse pelo trabalho feminino no âmbito domiciliar tem suscitado muitas dúvidas, porém já podemos delinear que nessa esfera do trabalho está um importante mecanismo de entendimento da subordinação do trabalho da mulher ao capital. Podemos apontar que a dupla jornada de trabalho mesmo sendo uma sobrecarga, também poderia indicar um determinado nível de capacidade/poder da mulher, ao lidar nas duas esferas, o trabalho doméstico, o cuidado com os

filhos e o assalariado. Conforme Mészáros (2002), o poder de ser mãe e de gerenciar a casa, sendo responsável pela reprodução dela, marido e filhos, potencialmente poderia ser reverberado em escalas mais amplas e em diversos âmbitos sociais, como o ambiente do trabalho, no sindicato, etc.

Mesmo diante desse quadro poderíamos pensar que a volta da mulher ao ambiente do lar para a realização das funções assalariadas, seria então um recuo nessas conquistas? Pois, a partir do momento em que as funções assalariadas se misturam às funções domésticas, começa a haver uma tendência ao sobrecarregamento de funções, o que leva ao alijamento, opressão e alienação das mulheres. Seria uma nova fase de imposição ao trabalho, na qual o capital coloca à prova a inserção da mulher no ambiente público? Até porque a inserção em formas de lutas dos trabalhadores, como os sindicatos, tendencialmente se dá com trabalho formalizado, registrado em carteira, o que não acontece geralmente com os trabalhos realizados a domicílio. No caso das mulheres, em sua maioria, segundo recente pesquisa (CARVALHAL, 2004), a politização e o reconhecimento de mecanismos de organização dos trabalhadores, ocorre no trabalho assalariado realizado em âmbito público. Observamos também que o trabalho remunerado para as mulheres tem representado muito mais do que independência econômica, mas sociabilidade, uma maior consciência política e até mesmo inserção nos sindicatos.

Nossa pretensão com essa investigação é de abordarmos como se estabelecem as relações no ambiente da produção e da reprodução do trabalho, por meio do exercício do trabalho domiciliar. Quais as relações que prevalecem no ambiente familiar, fruto das mudanças provenientes da junção da produção e da reprodução. Ou seja, como se dá a inserção nesse trabalho, que tendencialmente ocupa o “espaço” da casa<sup>16</sup>, dando novas características a esse lugar. O lugar de descanso se torna ao mesmo tempo, lugar de produção e reprodução da vida.

Pretendemos investigar como as mulheres organizam a vida familiar com a entrada do trabalho produtor de mercadorias (remunerado por meio de salário, por produção, por peça, etc.) no lugar da reprodução. Isso será possibilitado por meio de nossa investigação, nos diversos ramos de atividade no município de Marechal Cândido Rondon, mas sendo possível através de seu estudo aproximarmos-nos da compreensão do fenômeno geral de degradação do emprego e do trabalhador. Ao mesmo tempo, como deixar transparecer que as funções requerem dedicação e dispendem tempo para sua realização e que, quando são realizadas num mesmo lugar, tendem a sobrecarregar quem as executa. Essa junção se torna uma nova forma de subjugação dos trabalhadores, que sem saírem de suas casas executam longas jornadas de trabalho.

Antunes (1995) fala em estranhamento do trabalho a medida que a realização do trabalho na sociedade capitalista tem efeito de desrealização do ser social, pois o produto resultado do trabalho aparece para o trabalhador como algo alheio e estranho ao seu produtor. Esse processo não ocorre apenas no resultado, mas também no ato da produção. Porque o próprio trabalhador não se realiza no trabalho, ele o repudia, até porque seu trabalho é compulsório e forçado. O trabalho aparece na sociedade capitalista como sendo não apenas uma satisfação de uma necessidade, mas um meio para a satisfação das necessidades do trabalhador fora do trabalho. Nas palavras de Antunes (1995), “o estranhamento remete, pois à idéia de barreiras sociais que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana”.

Pretendemos apreender as especificidades dessa atividade crescentemente precarizada e que, além disso, se infiltra nos lares dos trabalhadores tomando-lhes também a liberdade de uso desse lugar. O trabalhador passa a realizar as funções de produção e reprodução no mesmo lugar. No caso da mulher, como dito, isso lhe parece cômodo, no sentido da conciliação entre o trabalho assalariado e o trabalho doméstico, se transformando numa mistura, pois os trabalhos se confundem e se fundem num só.

---

<sup>16</sup> Antunes (1999) também usa o termo fora do trabalho, para designar o lugar onde não há a realização da produção, e esse lugar como sendo a casa. Porém no caso a ser estudado, poderíamos pensar que o lugar fora do trabalho não mais existe?

Dessa forma, também estaremos analisando a própria subjetividade das trabalhadoras na execução desse trabalho, ao buscarmos saber como avaliam a ocupação do “espaço” da casa por instrumentos de trabalho e pela hegemonia do capital na configuração da mesma.

Também há a possibilidade de verificar a existência de alguns mecanismos locais, como as subsedes dos sindicatos da cidade, bem como de escala mais ampliada, como suas sedes, ou alguma organização ou associação de trabalhadores que atuam na defesa dos direitos desse contingente crescente de trabalhadores informais. A idéia é verificar a existência de medidas que tentam de alguma forma buscar melhorias salariais, protecionistas ou legislativas para essa parte da classe trabalhadora.

### 3- Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995. 258p.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIHR, Alain. **Da Grande à Alternativa.** O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRUMATTI CARVALHAL, Terezinha. **Gênero e classe nos sindicatos.** Presidente Prudente: Edições Centelha, 2004, 142p.
- CARVALHAL Marcelo Dornelis. 347p, 2004. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos.** Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente.
- CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Resumo - (CD-ROM) - IV Expedição Geográfica. Marechal Cândido Rondon/PR, 2005.
- COLLI, Juliana, **A Trama da Terceirização.** Um estudo do ramo da tecelagem. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000. 132p.
- DELGADO, Maria Berenice Godinho Terceirização e trabalho feminino In: MARTINS, Heloisa H.T.S. e RAMALHO, José R. (orgs.) **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho** São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, p.110-120, 1994.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 8ª edição, 1999.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, 335p.
- IBGE, **Censo 2000.** <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 05 de Abril de 2005.
- LAVINAS, Lena e SORJ, Bila. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria I. B. **Trabalho e Gênero. Mudanças, Permanências e Desafios.** Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo: Editora 34, 2000.
- LENIN, V. **Sobre a emancipação da mulher.** São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980, 139p.
- MAIA, C. Antonio, Sobre a analítica do poder de Foucault. In: **Tempo Social/USP**, n. 07, 83-103, 1995
- MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, Livro Primeiro, v 1, 1983, 301p.
- MARTINS, Renato e DOMBROWSKI, Osmir. Mapa do Trabalho Informal na Cidade de São Paulo. In: JAKOBSEN, Kjeld, MARTINS, Renato e DOMBROWSKI, Osmir (orgs.) **Mapa do Trabalho Informal.** Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, 64p.
- MÉSZÁROS, I. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. **Ad Hominem**, São Paulo: Estudos e Edições, nº 1, 1999, p. 83-124.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, 1102p.
- OLIVEIRA, Martha Tathy. **Trabalhar em Casa. Na era do fim do emprego.** São Paulo: Olhod'água, 2001, 105p.
- ROSSINI, Rosa Ester “As geografias da modernidade - Geografia e Gênero - Mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto.” In: **Revista do Departamento de Geografia/NEMGE** – Universidade de São Paulo, n.º12, p. 7-26, São Paulo,1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987, 120p.

SANTOS, Milton A **natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996, 308p.

SENNETT, Richard, **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Recors, 1999.

SPOSATI, Adaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, M.P. B., SPOSATI, A. KOWARICK, L. (orgs.) **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, p. 126-133, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. **“Leitura” Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes**. Boletim Gaúcho de Geografia, nº 24. Edição Especial do XVII Encontro de Professores de Geografia, Ijuí, 1997.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002.

VALOR ECONÔMICO – Mulheres ocupam 3,9% dos cargos de chefia, revela IBGE. 13 de Abril de 2006, p. A20.